# A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico*

## The independence of Brazil as a revolution: history and presence of a classical theme

**João Paulo G. Pimenta**
Professor Doutor
Universidade de São Paulo (USP)
jgarrido@usp.br
Rua Santos Torres, 77 - Pinheiros
São Paulo - SP
05415-090
Brasil

## Resumo

Este artigo retoma e problematiza o tema clássico da Independência do Brasil como um movimento revolucionário. Primeiramente, discute o conceito *revolução* em meio ao próprio processo de ruptura entre Brasil e Portugal; em seguida, analisa sinteticamente aspectos da historiografia desse problema nos séculos XIX e XX; por fim, reorganiza a questão de acordo com contribuições historiográficas que, nas últimas décadas, têm avançado no entendimento do processo histórico em si a partir da premissa de seu caráter revolucionário.

53

## Palavras-chave

Revolução; Independência; Ideias políticas.

## Abstract

This article reviews the classical frame of the brazilian independence considered as a revolutionary movement. First, it discusses *revolution* as a concept and its meanings among the movement itself; second, it analyzes main points of the XIX and XX centuries historiographies concerning the theme; at last, it offers a survey of recent historiographical tendencies that recognizes brazilian independence as a revolution.

## Keyword

Revolution; Independence; Political ideas.

Enviado em: 14/05/2009
Aprovado em: 12/06/2009

* Uma primeira versão deste artigo, abreviada, foi publicada em espanhol como: 'La independencia de Brasil como revolución: historia y actualidad sobre un tema clásico. Nuevo Topo. Revista de historia y pensamiento crítico., v. 5, Buenos Aires, p. 69-98, 2008. Para a versão ora apresentada, o autor agradece as críticas e sugestões feitas pelo Professor Fernando A. Novais.

Ao longo dos últimos duzentos anos, não foi difícil que o termo *revolução* implicasse, para efeitos de análise, um posicionamento político do historiador em relação ao seu objeto de estudo. Um acontecimento do passado, ao ser considerado revolucionário, dialogaria com questões do tempo presente na medida em que este fosse marcado, de várias formas e para bem ou para mal, por experiências revolucionárias abortadas ou em curso, por projetos visando o seu advento ou por temores de que estes pudessem se tornar reais. O tema *revolução* se revestiu, assim, da capacidade de produzir simbioses entre passado e presente, atribuindo ao respectivo conceito forte carga política e um caráter temporalmente transcendente.

Desde então, tal tendência foi verificável em muitos tempos e espaços específicos do mundo ocidental,[1] onde o interesse historiográfico por passados que pudessem ser considerados revolucionários foi intenso. A despeito de configurarem uma tendência geral, as singularidades de cada demanda, bem como as condições intelectuais e materiais de reflexão e produção de conhecimento a partir delas, conduziram a resultados muito diversos de parte a parte, conferindo ao tema *revolução* e a todos os que pudessem ser associados ao vocábulo, prestígio e interesse sempre renovados.

No Brasil não foi diferente. Ainda que muitas vezes o tema tenha surgido, principalmente, como o de sua própria inexistência, isto é, em torno de uma ampla aceitação de que a história brasileira tem como característica marcante, supostamente, a ausência de bem-sucedidos movimentos sociais que promovessem alterações de monta em um *status quo* conservador, dominante de sua paisagem histórica.[2] A hipótese de que, no plano da história das ideias historiográficas, alguns dos resultados preponderantes dessa tendência foram capazes de moldar não apenas uma visão ainda corrente sobre a história do Brasil, como também uma auto imagem da identidade nacional brasileira em seu nascedouro, parece-me plenamente justificável. Sobretudo, se considerarmos o problema da atribuição de um caráter (não) revolucionário ao processo de independência do Brasil a partir do momento fundamental de definição na história dessa identidade.



Minha proposta reside em retomar o tema clássico da separação política entre Brasil e Portugal nas primeiras décadas do século XIX, problematizando-o em torno de seu(s) sentido(s) revolucionário(s). Primeiramente, pretendo discutir os termos gerais de historicização do conceito *revolução* em meio ao próprio processo de independência, e que disponibilizaram, à posteridade, uma interpretação

[1] Convém referendar as palavras de Eric J. Hobsbawm, segundo as quais "a revolução foi a filha da guerra no século XX: especificamente a Revolução Russa de 1917, que criou a União Soviética, transformada em superpotência pela segunda fase da 'Guerra dos Trinta e Um Anos', porém mais geralmente a revolução como uma constante global na história do século (HOBSBAWM 1995, p.61).

[2] Uma das mais densas e influentes elaborações histórico-sociológicas que corroboraram uma visão desse tipo encontra-se na obra de Raymundo Faoro, **Os donos do poder**, publicado em 1957 (FAORO 1991). Em sentido oposto, posicionando-se contra a ideia de uma história do Brasil desprovida de grandes convulsões, pode-se mencionar a de José Honório Rodrigues, **Conciliação e reforma no Brasil** (RODRIGUES 1965). A diferença de solidez dos argumentos apresentados, claramente pendente a favor da de Faoro, pode ter contribuído para a prevalência, ao longo da história do pensamento brasileiro, da ideia da conservação por sobre a da transformação.

do caráter e da medida revolucionária desse processo. Em seguida, retomarei, de modo bastante sintético, aspectos da historiografia desse problema, devidamente iluminados pela discussão anterior e pontuada por algumas das grandes obras que construíram, nos séculos XIX e XX, paradigmas preponderantes de interpretação.[3] Por fim, reorganizarei o problema de acordo com contribuições historiográficas mais recentes que, nas últimas duas ou três décadas, nos permitem – assim creio – avançar no entendimento do processo histórico em si a partir de algumas premissas básicas já bastante sólidas, e que passam pela ideia de *revolução*.

Toda história da historiografia que se preze é, necessariamente, uma história das relações de determinadas sociedades com o passado, portanto, parte da história social, simplesmente. A atualidade historiográfica do tema *revolução*, amplamente comprovada, por exemplo, pela vitalidade da produção acadêmica mundial centrada nos processos de independência ibero-americanos (do qual o brasileiro é parte), parece desencorajar a ideia de que vivemos, nos primórdios do século XXI, em um tempo no qual o termo encontra-se definitivamente golpeado como ferramenta de perquirição e transformação do mundo. Se assim fosse, a discussão que se propõe a seguir simplesmente careceria de conteúdos; e é por isso que em sua parte final aponta também para demandas de investigação futura.



## O conceito de revolução na Independência

A concepção de que o processo de independência e de formação do Estado nacional brasileiro foi marcado por uma mescla positiva e meritória de elementos de ruptura e de continuidade que o faria superior em relação aos demais semelhantes ocorridos ao seu redor na mesma época[4] tem sua origem em uma imagem coetânea, forjada por alguns de seus próprios protagonistas. Tal construção se deu em meio a um universo político e lingüístico onde o termo *revolução* se encontrava disponível e em mutação, e no qual sua utilização como ferramenta de transformação da realidade resultaria em uma concepção própria daquele processo histórico. A ruptura entre Portugal e Brasil implicaria uma *revolução* necessária, legítima e construtiva, porque natural, histórica e ordeira.

Nas primeiras décadas do século XIX, no universo político e lingüístico português e luso americano, o vocábulo *revolução* ainda não se encontrava plenamente estabelecido em seu sentido moderno, isto é, referindo-se a um movimento de subversão da ordem estabelecida e criador de uma realidade nova,

---

[3] Boas avaliações críticas acerca da historiografia da independência são: COSTA 2005; MALERBA 2006. Um levantamento descritivo encontra-se em PIMENTA 2007b.

[4] Não se trata, evidentemente, de fenômeno restrito ao Brasil. O mundo iberoamericano das independências oferece situações muito semelhantes, nas quais se observa a criação de uma auto-imagem do processo de ruptura com a metrópole como positiva, em termos de bom-sucesso em evitar grandes convulsões sociais (os casos de Peru e Nova Espanha, por exemplo, são notórios). A questão aqui é identificar alguns dos elementos especificamente luso-americanos/brasileiros desse tipo de ocorrência, o que pode, aliás, contribuir para estudos mais ampliados do fenômeno.

inesperada e imprevisível (KOSELLECK 1993; ARENDT 1988; ZERMEÑO PADILLA 2002; NEVES 2007). À medida que a utilização do termo ia apontando para essa direção – isto é, que o presente oferecia acontecimentos que permitiam percepções desse tipo – reiterava-se, em muitas ocasiões, seu sentido clássico, isto é, *revolução* como um movimento cíclico, reiterativo, portanto previsível e até mesmo inevitável.

No começo da década de 1810, *revolução* já é há tempos um vocábulo devidamente incorporado na língua portuguesa culta, agora lexicografado com um duplo sentido de "movimento pela órbita, giro; revolução *dos astros, planetas*" e de "Revolução *física no mundo*, alterações como terremotos, sumersões de terra [ou] Revolução *de humores no corpo*", em cuja acepção figurada concebem-se as "Revoluções *nos Estados*, mudanças na forma, e polícia, povoação, etc." (SILVA 1813).[5] No entanto, levará algum tempo para que os dois sentidos figurem em condições de igualdade; mais tempo ainda para que o segundo se imponha plenamente ao primeiro (sempre considerando-se que o registro erudito de significados do termo é posterior ao de sua utilização social).[6]

A apreciação de uma realidade presente valer-se-ia do termo *revolução* a depender de sua associação com outros muito diversificados, como *sublevação*, *insurreição, guerra civil*, *reforma*, *regeneração, emancipação*, *anarquia*, *comoção*, *democracia*, *facção*, *jacobinismo*, *independência*, *insubordinação*, *insurgência*, *motim*, *rebelião*, *república* ou *revolta*. Assim, em uma situação bastante típica dessa época, uma revolução poderia ser negativa se pensada, por exemplo, como guerra civil (ou como um movimento que a ela conduzisse), ou positiva se vista como reforma.[7] Conforme sugeri em outra ocasião, a realidade hispano-americana a partir de 1810, bem como o movimento contestatório eclodido na província luso-americana de Pernambuco em 1817, parecem ter acelerado o desenvolvimento do conceito no mundo luso americano, permitindo sua associação prioritária com a ideia de supressão radical da ordem vigente; desse modo, aqueles que almejavam a manutenção dessa mesma ordem se veriam cada vez mais obrigados a descartar o vocábulo como indicador de reformas e rearranjos conservadores (PIMENTA 2003a);[8] ou então, a dotar-lhe de conteúdos originais, de acordo com seus interesses específicos.

Como quer que fosse, antagonizando sentidos ou imbricando-os de modo



[5] Definição idêntica encontra-se na edição de 1823 (PIMENTA 2003a).
[6] Já em 1832, o sentido político de *revolução* é encontrado em igualdade de importância com o físico-biológico: "Revolução. Na astronomia, giro dos astros. Fig. mudança política. Transtorno" (PINTO 1832). Esta variedade de significados é presente até hoje, mas com ênfase no de radical transformação do mundo.
[7] *Guerra civil* é a que se faz "entre os Cidadãos do mesmo Estado", "a dos cidadãos uns contra os outros" (Respectivamente, SILVA 1813 e 1823; e PINTO 1832), o que a faz antagônica a *revolução* e negadora do próprio Estado que a *revolução* deveria *reformar* (*Reforma*: "O ato de reformar; mudar para o antigo instituto, ou para melhor o que ia em decadência, ou mal(...). A mudança em melhor produzida em alguma coisa". SILVA 1813 e 1823. Não é distinto o significado encontrado em Pinto: "Reformar: dar nova forma. Emendar, corrigir, restituir ao primeiro estado. Confirmar o que estava feito por outro. Substituir coisa nova à outra usada").
[8] Trata-se de uma tendência, e não de uma postura definitiva ou absoluta.

coerente, o termo emergia dotado de uma forte politização, consolidando uma tendência esboçada no mundo ocidental desde o século XVII. Era como ferramenta política de compreensão do mundo, bem como de interação com ele e seu futuro, que os homens que vivenciavam a crise do Antigo Regime em terras portuguesas pensavam *revolução*. E faziam-no em meio a um ambiente de profunda instabilidade sentida em todos os níveis da vida social, marcado pela transitoriedade de ideias, projetos, posturas e vocábulos políticos.

Como produto desse ambiente, a formalização da ruptura entre algumas províncias americanas e Portugal, decretada em 1822, não trouxe, de imediato, a garantia de que todas as que até então compunham o Reino do Brasil aderissem ao novo projeto (HOLANDA 1962).[9] A criação de um Estado nacional brasileiro - sob a forma de um "Império do Brasil" – teria que superar desavenças e dissidências entre províncias e no interior delas, de modo que é razoável considerar o período de governo de Pedro I (1822-1831) como de crise de consolidação da nova ordem. Nesse contexto, os esforços para sua consecução passaram pela veiculação pública de argumentos legitimadores da mesma, dentre os quais o de que o Brasil adentrava ao cenário mundial das nações "livres" e "civilizadas" pelas mãos de sábios condutores que souberam evitar excessos, tão típicos da história de outros povos. Assim, o periódico oficial do governo de Pedro I, bastante otimista quanto às perspectivas que supostamente, já em fevereiro de 1823, se observavam em relação à adesão de todas as províncias americanas ao Império, afirmava que este, em breve, apresentaria ao mundo



> um fato poucas vezes acontecido, uma revolução desenvolvida, um Povo que reassume os direitos inalienáveis da sua independência, quebra os vergonhosos ferros do seu vitupério, e entra, sem ter passado pelos horrores da guerra civil e da anarquia, no círculo das Nações livres do Universo (**Diário do Governo** n.28, 05/02/1823).

O termo *revolução* voltava à cena com o peso necessário para caracterizar e legitimar a ruptura entre Brasil e Portugal, mas em um movimento supostamente muito distinto do que ocorrera, cinco anos antes, em Pernambuco, ou do que ainda ocorria na América espanhola. Na revolução do Brasil, o vaticínio contra a destruição inerente a tantas outras estaria no seu caráter evolucionista, concepção esta de acordo com assertivas de pensadores políticos como Raynal e De Pradt, muito influentes à época (MOREL 2005), e segundo as quais um dia as colônias americanas deveriam necessariamente se *emancipar* das metrópoles européias, assim como um filho maduro se emancipa da mãe que o criou:

> Sendo uma verdade incontestável, sancionada já pelo tempo, que os Povos, assim como os indivíduos, chegando à sua virilidade, rejeitam a tutela da Metrópole e se constituem independentes; tendo sido obrigada a Política a reconhecer a legitimidade deste ato fundado nas leis inalteráveis da Natureza; ninguém ousará negar que o *Brasil* estivesse no mesmo caso

[9] Alguns exemplos de análises específicas relativas à diversificada e conflituosa história da adesão de províncias luso-americanas ao Império do Brasil em: TAVARES 1982; MACHADO 2006; ASSUNÇÃO 2005; BERNARDES 2006.

> daqueles Povos. Escusamos raciocínios: basta olhar para a marcha que ele tem adotado no curso da revolução para provar o seu estado de madureza; estado completamente insociável com o de colônia, em que jazia (**Diário do Governo** n.28, 05/02/1823, grifo no original).

Também conhecendo uma revolução positiva, mas que se diferenciava de outras por ter sido conduzida por um descendente da família real portuguesa, e resultando em uma ordem monárquica, o Brasil seria um caso único e superior, sobretudo, quando comparado aos seus vizinhos hispano-americanos que, embora tenham lhe disponibilizado um paradigma encorajador de trajetória independentista a ser seguida (Pimenta: 2007a), agora já se encontravam em posição inferior:

> Mais prudente e refletido do que os seus vizinhos *Espanhóis*, o *Brasil* mediu a grandeza do objeto: derrubar o antigo edifício e erguer o novo; conheceu-se com forças de o fazer, e assim o tem felizmente executado sem se precipitar na torrente de desgraças que nem os *Iturbides*, nem os *S. Martines*, nem os *Boíivares*, com todos os seus talentos, são capazes de suster. Para nos convencermos, pois, desta verdade, acompanhemos as duas Potências na sua revolução, e vejamos o futuro que uma e outra nos promete. [...] Tal tem sido a marcha do *Brasil* no curso da sua Regeneração; marcha que tem constituído das suas diferentes partes um todo colossal, que o torna respeitável aos estranhos, formidável aos inimigos, e afiança para o futuro a perpetuidade do seu sistema (**Diário do Governo** n.28, 05/02/1823, grifos no original).



A questão da manutenção, no novo Império do Brasil, de laços dinásticos com o antigo Império Português, ofereceu à historiografia um dos principais subsídios definidores do processo de independência como conservador, sem solavancos, pouco significativo e, muitas vezes, "não-revolucionáro"; no entanto, nas primeiras décadas do século XIX, o monarquismo pôde ser considerado como condição própria da "gloriosa revolução do Brasil" (**Diário do Governo** n.33, 11/02/1823), isto é, seu emblema nobilitador. *Revolução* se tornava um conceito indicativo de profundas transformações, mas dentro de limites considerados "adequados" por alguns grupos políticos.

Não é de se estranhar. Afinal, a ideia de *revolução positiva*, associada a termos como *emancipação*, *reforma* ou *regeneração*, presente no conteúdo clássico do conceito e também no pensamento iluminista em sua vertente portuguesa, conhecera ambiente fortemente propício à sua difusão com o advento do movimento constitucionalista iniciado na cidade do Porto, em 1820, e que teve profundo impacto nas províncias americanas de modo a criar as condições que possibilitaram, entre os anos de 1821 e 1822, a gestação e viabilização da Independência (OLIVEIRA 1999). Não apenas porque a implementação da agenda política dos constitucionalistas portugueses fez aprofundar contradições e fissuras internas do Reino Unido de modo a enfraquecer a unidade política sobre a qual este se assentava (por exemplo, com a volta do rei a Lisboa, e a permanência no Rio de Janeiro de seu filho Pedro, como príncipe-regente), mas também porque impregnou grupos de

interesse sediados nas províncias americanas com um ideário liberal herdado dos portugueses peninsulares, e que logo se voltaria contra eles. Muito significativamente, o movimento do Porto, pensado por seus artífices como uma *regeneração* (conceito muito semelhante a *reforma*), pôde ser considerado no Brasil como uma *revolução*.

Um dos principais periódicos que materializaram o desenvolvimento de uma posição inicial de aceitação dos princípios constitucionais e unitários do Porto rumo à defesa da separação entre Brasil e Portugal, escrevia, em janeiro de 1822, que

> a Revolução de Portugal, se é que assim se deve chamar a luta da Justiça contra o Despotismo, oferecia duas combinações diferentes, mas que ambas davam por mal resultado o estabelecimento do Sistema representativo, diz o Apóstolo da América [De Pradt]. Ou o Rei se conservava no Brasil, ou voltava para Portugal. Se ficava preferindo um Mundo na América a uma Província na Europa, era impossível que o Brasil, situado no centro das Constituições Americanas, comunicando diariamente com povos constituídos, e contratando com homens Constitucionais, tendo por estrela polar os Estados Unidos, que muito alto colocaram o farol para escapar às vistas nos Povos vizinhos, se pudesse subtrair a este vórtice de influências (**Revérbero Constitucional Fluminense** n.11, 22/01/1822).



Nesse momento, quando a alternativa de separação entre Brasil e Portugal começava a deslanchar, parecia haver, da parte de alguns grupos políticos, uma certa unificação da história recente do mundo ocidental em torno de uma atribuição positiva ao termo *revolução*. O que se tornara possível vislumbrar no Brasil, a partir do exemplo do próprio Portugal, dizia respeito a todo o continente americano, onde os Estados Unidos inspiravam os demais países (todos bem considerados, inclusive os hispânicos), em uma cadeia de acontecimentos na qual até mesmo à "Revolução da França" cabia um lugar de honra, na medida em que "em parte pode ser considerada um efeito da civilização dos Povos", tendo dado "impulso tão forte aos espíritos na Europa como a dos Estados Unidos deu também na América" (*Revérbero Constitucional Fluminense* n.06, 02/07/1822). Pouco depois, menos empolgado e mais cuidadoso, o mesmo periódico já se esforçaria por distinguir as revoluções de seu tempo, diferenciando a do Brasil em relação às demais da América; em 1808, por exemplo, enquanto o Império Espanhol ruía com o cativeiro de seus monarcas,

> viu o Mundo um espetáculo novo, isto é, a passagem do Rei [de Portugal] para o Brasil, passagem que mudou inteiramente o regime Colonial, que quebrou os ferros da opressão de três séculos e fez partir do Trono aquela obra, que sem isso partiria da Revolução. Mas para evidenciar-se que a *Independência da América* é um efeito necessário da sua atual *Civilização*, bem que ainda inferior à da Europa, atendam-se às circunstâncias do Brasil. O Rei, que saindo de Portugal sustou a Revolução do Brasil com a sua chegada a ele, voltando à Portugal apressou a Revolução do Brasil (**Revérbero Constitucional Fluminense** n.17, 17/09/1822, grifos no original).[10]

---

[10] Na realidade, em 1808 dom João era ainda príncipe-regente; só se tornaria rei em 1818, dois anos após a morte de sua mãe, a rainha Maria I.

E assim voltamos ao ano de 1823, quando a independência já estava bem encaminhada, e o problema que se apresentava não era mais o de manter ou romper a unidade imperial portuguesa, mas sim o de como viabilizar o Estado nacional brasileiro. Uma das bases desse Estado era, como vimos anteriormente, uma auto-imagem de sua diferença/superioridade no cenário americano, fruto de sua revolução positiva. No entanto, o forte peso dessa ideia não deve obliterar o fato de que, mesmo depois de 1822, permanecia uma disputa conceitual em torno do termo *revolução*: a história do passado e do presente oferecia exemplos de revoluções boas e más, sendo que tais qualidades seriam mobilizadas a todo instante que o fluido e delicado jogo político assim requeresse (OLIVEIRA 1999; NEVES 2007). Quando, onde, como e por que usar a palavra *revolução*, poderia implicar comprometimentos sérios. O termo "revolucionar", por exemplo, podia significar, nesse contexto, trabalhar na contramão dos princípios sobre os quais assentava o Império do Brasil (como os grupos provinciais resistentes ao governo de D. Pedro). Por isso, mesmo para aqueles que trabalharam pela "gloriosa" revolução do Brasil em 1821 e 1822, o termo agora poderia soar odioso. Desse modo, na assembléia constituinte brasileira de 1823, enquanto um deputado considerava que "todas as revoluções tem por motivos as injustiças e violências dos Governos", pois "ninguém se revolta contra um Governo bom e justo" (**Diário da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil**, sessão de 21/05/ 1823, fala de Nicolau Campos Vergueiro) outro afirmava:



> causa-me horror só o ouvir falar em revolução; exprimo-me francamente como um célebre Político dos nossos tempos: *les revolutions me sont odieuses parce que la liberté m'est chere*. Odeio cordialmente as revoluções, e odeio-as, porque amo em extremo a liberdade; o fruto ordinário das revoluções é sempre, ou uma devastadora anarquia, ou um despotismo militar crudelíssimo; a revolução sempre é um mal, e só a desesperação faz lançar mão dela quando os males são extremos. (IDEM, mesma sessão, fala de Francisco Muniz Tavares (grifos no original)

Em resumo: no contexto ampliado da independência, o conceito de *revolução* operava de modo muito ativo, dinâmico e, de todos os modos, fortemente politizado. A história de tal conceito possui lastros especificamente portugueses, bem como outros genericamente ocidentais, sendo que, ao se aproximar do auge da crise do Império Português da qual resultaria a formação do Brasil, parece haver, também, uma mediação tipicamente "americana" de seus conteúdos.[11] A revolução de independência do Brasil fora positiva, construtiva, ordeira e sem exageros, mas nem todas o eram; caso contrário, não seria possível sustentar a contraditória imagem da inserção do Império no panorama americano: uma identificação com as demais nações livres, que em certo momento até serviram de fonte de inspiração à ruptura com Portugal, mas também uma superioridade pautada na distinção presuntivamente essencial do Brasil em relação a elas. Este seria um dos componentes da identidade nacional

[11] Conforme afirmado anteriormente; também por FERNANDES 2008.

brasileira no momento em que esta surgia em conseqüência de uma experiência política que apontava para uma separação de destinos – portanto também de passados – entre Brasil e Portugal.

O processo de Independência disponibilizava, assim, aos seus estudiosos futuros, um vocábulo – *revolução* - que carregava consigo uma caracterização completa da marca que alguns de seus próprios protagonistas consideraram essencial: uma revolução *conservadora*, ainda que a qualificação posterior destes dois termos associados conhecesse muitas variações a depender dos contextos específicos de produção da historiografia, no Brasil e em outras partes.[12] Não pretendo afirmar que, no caso brasileiro, a historiografia tenha sempre "comprado" passivamente, ou reiterado os termos implicados nessa associação lingüística original, inclusive porque, como veremos adiante, os termos jamais se repetem *exatamente* do mesmo modo; no entanto, trata-se de diferentes formulações para um mesmo tema, do que resulta que a compreensão de cada contexto de enunciado diz respeito a uma unidade de análise comum. O que nos ajuda a elucidar o problema aqui proposto.

**Revolução e a historiografia da Independência**

A história do século XX ofereceu muitos pretextos para a consagração da ideia de que as revoluções necessariamente implicam grandes movimentos de transformação – geralmente violenta – da ordem existente; inclusive porque, nesse século, o respectivo conceito operou ativamente em sua acepção moderna. Em muitas situações, porém, o tema esteve presente antes pela sua ausência/expectativa do que por sua efetiva realização.



Como muito bem concebe Wilma Peres Costa, "o amálgama peculiar entre *continuidades* e *descontinuidades* tornou-se um componente incontornável do debate sobre a Independência na historiografia brasileira" (Costa, Wilma: 2005).[13] É compreensível que tal debate tenha recorrido, tantas vezes, ao vocábulo *revolução*: não apenas por se tratar, tradicionalmente, de um conceito que ao longo de sua história reunira tanto elementos de continuidade como de descontinuidade, mas também pelo fato de que o próprio fenômeno a ser estudado formulara, à sua época, uma representação a respeito; igualmente compreensível que a historiografia buscasse evitar o termo.

Em meados do século XIX, a produção escrita de uma História nacional brasileira baseada em métodos pseudo-científicos e de forte utilidade política e ideológica, valeu-se amplamente da perspectiva de que a Independência fora positiva porque assentada na continuidade da dinastia de Bragança e na liderança pessoal de Pedro I. O maior representante dessa produção, Francisco Adolfo de Varnhagen alocou perfeitamente a ideia em sua *História da independência do*

[12] Exemplares são as apreciações de Tocqueville acerca da revolução norte-americana que, contraposta à francesa, ofereceria um caso supostamente superior em termos de benignidade, dado seu caráter mais moderado e equilibrado (TOCQUEVILLE 1982 [1ª.ed. 1856] e 1987 [1ª.ed. 1835- 1840]).
[13] Toda a discussão historiográfica que se segue está fortemente amparada nesse magnífico ensaio.

*Brasil*, escrita em 1875[14] e pensada como o desfecho natural daquela que ficaria à posteridade como sua máxima realização intelectual, a *História geral do Brasil* (publicada a partir de 1854). Ambas correspondiam bastante bem aos intentos de escrita de uma história nacional arvorada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838.[15]

Para Varnhagen, toda a colonização portuguesa da América seria um caminho pré-determinado rumo ao grande momento do seu desfecho, resultado de uma longa e necessária evolução. Portugal teria "preparado" a criação e amadurecimento do Brasil, que no século XIX surgiria legitimado, civilizado e promissor porque estreitamente ligado a uma ascendência européia. Sendo a Independência, então, um processo basicamente de continuação, veiculado ao sentido tradicional de *emancipação*, na ótica de Varnhagen ela não se coadunaria com o termo *revolução*. As "revoluções" da França, (1789), de Pernambuco (1817) e de Portugal (1820) são assim tratadas em termos protocolares, mas também carregam consigo o estigma de movimentos negativos. Ao referir-se ao episódio de deposição do ministério dos Andradas, em julho 1823, por exemplo, o autor caracteriza-os, até aquele momento, como "sustentadores da monarquia", depois como "democratas, facciosos, demagogos e revolucionários" (VARNHAGEN 1981, 3, p.195).

À época, o termo *revolução* vinha associado a princípios abomináveis para uma mente conservadora e aristocrática como a de Varnhagen que, tendo vivido as comoções populares do Período Regencial brasileiro, aprendera a odiar toda e qualquer ameaça de subversão da ordem vigente (MATTOS 1987), valorizando, em contrapartida, ideias ligadas à tradição e ao aperfeiçoamento de estruturas políticas e sociais a serem mantidas. Tal postura, que como vimos acima herdava do próprio processo de Independência sua auto-imagem básica, omitia, porém, de sua expressão vocabular, a palavra *revolução*; e desse modo, teria grande impacto nas formas posteriores de escrita da história do Brasil, evocada e reforçada de quando em quando por argumentos típicos de formas clássicas de pensamento conservador.[16]

O termo *revolução* viria a ser recuperado positivamente nos estudos sobre a Independência com a grande renovação intelectual brasileira dos anos de 1930. Um de seus mais dignos representantes é Caio Prado Júnior, autor de **Evolução política do Brasil** (1933) e **Formação do Brasil contemporâneo** (1942), dentre outras importantes obras. Na primeira delas, a Independência é vista como uma revolução – isto é, um movimento profundamente renovador - ainda que muitas vezes referida pela palavra "emancipação". Tomada sob a ótica marxista da luta de classes, a Independência teria oposto interesses "portugueses" e "brasileiros", desdobrando-se até aproximadamente 1850,

[14] Seria publicada apenas em 1916, após a morte de seu autor (VARNHAGEN 1981).

[15] Embora Varnhagen não tenha sido um historiador "oficial" do Instituto (WEHLING 1989; GUIMARÃES 1994).

[16] Como aqueles desenvolvidos em 1790 por Edmund Burke e seu horror à Revolução Francesa (BURKE 1982). Burke era um autor muito conhecido nos círculos letrados brasileiros do século XIX, tendo sido traduzido parcialmente para o português por José da Silva Lisboa, figura destacada da conjuntura da Independência.

quanto só então estes últimos teriam se consolidado, com a rejeição partilhada pelas classes dominantes das forças populares que durante o Período Regencial teriam ameaçado a ordem e estabilidade interna. Para Caio Prado Júnior, a Independência seria, então, no seu conjunto, uma "revolução conservadora" (PRADO JR: 1933, cap.III).

A despeito da coincidência dos termos, esta é uma interpretação totalmente distinta daquela elaborada em meio ao próprio processo de Independência. Em *Formação do Brasil contemporâneo*, um livro mais diretamente voltado à colonização portuguesa da América – cuja análise possibilitaria, segundo Caio Prado Júnior, uma devida compreensão das razões do presente atraso brasileiro – o caráter da Independência não é explicitado; porém, sua visão acentuadamente negativa das estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais engendradas pelos portugueses na América, implica um distanciamento em relação àquelas anteriormente mencionadas: agora, a herança colonial legada ao Brasil nacional é nefasta, desagregadora, um empecilho ao pleno desenvolvimento nacional e que, não removido no processo de Independência, deveria sê-lo em algum momento do futuro (PRADO JR. 1942).[17] O conservadorismo da Independência é um mal.

Devido ao impacto dessa interpretação no pensamento brasileiro, que oferecia uma explicação convincente para os entraves ao pleno desenvolvimento do Brasil, doravante e definitivamente o passado se revestiria da capacidade de iluminar o presente, o que por seu turno atribuiria ao termo *revolução* pulsantes expectativas de modificação dessa situação.[18]



Revolução, não-revolução, em que medida? Eis alguns dos dilemas que os historiadores da Independência tiveram que enfrentar nas décadas de 1960 e 1970, quando voltar-se para o passado brasileiro com os olhos no presente impunha-lhes o desafio de compreender e transformar uma realidade tenebrosa, marcada pela ditadura militar iniciada em 1964 e assolada pela contração das forças progressistas em geral. Nela, o termo *revolução* adquiria vários sentidos: de direita, de esquerda; de projeto a ser negado ou encampado; portador de uma utopia de futuro ou de uma frustração histórica; de legitimação do governo militar (que, segundo seus próprios realizadores, teria sido instituído por uma "revolução") ou de oposição a ele. De todos os modos, o termo pareceria portador

---

[17] Nesse ponto, a leitura de Caio Prado está próxima da de Manuel Bonfim (por exemplo, em **América latina, males de origem**, de 1906).

[18] Em 1966, no início da ditadura militar brasileira, Caio Prado escreveu um ensaio muito sugestivamente chamado **A revolução brasileira**, onde afirmava, logo em sua abertura: "o Brasil se encontra num destes instantes decisivos da evolução das sociedades humanas em que se faz patente, e sobretudo sensível e suficientemente consciente a todos, o desajustamento de suas instituições básicas. Donde as tensões que se observam, tão vivamente manifestadas em descontentamento e insatisfações generalizados e profundos; em atritos e conflitos, tanto efetivos e muitos outros potenciais, que dilaceram a vida brasileira e sobre ela pesam em permanência e sem perspectivas apreciáveis de solução efetiva e permanente. Situação essa que é efeito e causa ao mesmo tempo, da inconsistência política, da ineficiência, em todos os setores e escalões, da administração pública; dos desequilíbrios sociais, da crise econômica e financeira, que vinda de longa data e mal encoberta durante curto-prazo – de um a dois decênios – por um crescimento material especulativo e caótico, começa agora a mostrar sua verdadeira face; da insuficiência e precariedade das próprias bases estruturais em que assenta a vida do país" (PRADO JR. 1987, p.12-13).

de um conteúdo histórico cuja devida avaliação poderia apontar caminhos de interação com a realidade brasileira do momento (Costa, Wilma: 2005, p.85).

No plano do pensamento crítico, mais especificamente no da historiografia da Independência, uma importante manifestação contrária ao regime veio com a obra de José Honório Rodrigues, **Independência: revolução e contra-revolução** (1975), uma extensa, detalhada e bem-documentada análise da ruptura política entre Brasil e Portugal. Nela, como o próprio título indica, a Independência é vista como uma revolução, mas dessa vez cheia de novidades interpretativas: uma revolução de forte conotação nacionalista e popular, uma verdadeira guerra de libertação nacional comparável ao que ocorrera na América hispânica, longe de quaisquer feições conservadoras, e na qual dom Pedro e a monarquia teriam desempenhado papel secundário, meros coadjuvantes de instituições supostamente representativas e democráticas como o parlamento e as forças armadas (RODRIGUES 1975).

Em sua concepção geral, a Independência que nos oferece Rodrigues é anacrônica, distorcida por ideias pré-concebidas e descabidas; contudo, carregada de expectativas esperançosas em relação à superação de um incômodo presente nacional vivido pelo autor, seu resultado é também um documento historiográfico de como *independência* e *revolução* puderam caminhar de mãos dadas na história da historiografia brasileira. E justamente por corresponder a anseios coletivos da época em que foi publicado, o livro de Rodrigues encontraria um respaldo não-desprezível, mais fora do que dentro de círculos especializados.



As décadas de 1960 e 1970 conheceram, no Brasil, uma grande profissionalização da pesquisa histórica, que ia se consolidando dentro das universidades com um aumento de programas de pós-graduação e de financiamentos públicos, e a formação de grupos de investigação compartilhada. Nesse momento, em linhas gerais, parece ter havido um crescente desprestígio da Independência como tema de estudos. Com a força da ideia de "revolução conservadora", e a despeito de tentativas contrárias como a de José Honório Rodrigues, a ruptura entre Brasil e Portugal não encorajava enfoques voltados à atuação política de grupos sociais excluídos ou mal-colocados em seus diferentes contextos históricos, e que vinham concentrando cada vez mais a atenção de novos historiadores, compreensivelmente refratários a temas saturados da oficialidade a eles conferida pelo regime militar brasileiro.[19] Mesmo assim, alguns importantes historiadores mantiveram o tema de pé, renovando-o por meio de elaborações cada vez mais complexas, sofisticadas e matizadas onde o termo *revolução* encontraria seu lugar.

Talvez a principal novidade nesse contexto tenha sido a construção de um amplo consenso de que a Independência se inseriu em um panorama mundial de variadas e assimétricas transformações políticas que, juntas, formam uma unidade histórica. Não que anteriormente se ignorasse as relações entre o que

[19] Além, é claro, de serem bastante permeáveis a renovações e modismos vindos de centros de produção de conhecimento estrangeiros; no caso do Brasil, principalmente a França e a Inglaterra.

se passava no Brasil e no resto do Mundo já desde meados do século XVIII; mas agora, tais relações tinham implicações analíticas profundas. Se acontecimentos como os da América do Norte (1776), da França (1789) ou da América espanhola (1810) eram considerados como "revoluções", o que se passaria com o Brasil? Qual sua posição nesse contexto?

A questão é muito bem sintetizada por Emília Viotti da Costa em 1968:

> os estudos até agora publicados permitem estabelecer as linhas básicas que devem nortear a análise do movimento da Independência; fenômeno que se insere dentro de um processo amplo, relacionado, de um lado, com a crise do sistema colonial tradicional e com a crise das formas absolutistas de governo e, de outro lado, com as lutas liberais e nacionalistas que se sucedem na Europa e na América desde os fins do século XVIII (COSTA 1990, p.66-67)

como boa autora marxista, concluía: "é preciso observar as contradições internas que explicam a marcha do processo" (idem).

A perspectiva de Viotti da Costa, fortemente influenciada pela de Caio Prado Júnior, reitera a Independência como uma luta "da colônia contra a metrópole", mas desenvolvida a partir de uma luta "de vassalos contra o rei". O termo mais usado é "emancipação", e embora "revolução" seja apenas protocolarmente utilizado para a designação de vários outros movimentos da mesma época, inclusive para os de contestação luso-americana de fins do século XVIII, é ele que pauta o debate. Em uma afirmação que seria amplamente referendada por investigações ulteriores, Viotti da Costa diagnostica que, durante o processo de Independência, "a Revolução apresentava-se sob formas diversas, quando não contraditórias" (COSTA 1990, p.99), no entanto, sem que ela se realizasse de fato. A revolução estaria em muitas partes, mas não no Brasil.



Nesse mesmo ambiente, e pautando inclusive a obra de Viotti da Costa, as teses elaboradas por Fernando Novais apresentaram importante renovação nos estudos da Independência. Foi ele quem levou adiante a sistematização do posicionamento do processo político português e luso-americano no quadro mundial, seguindo premissas à época bem estabelecidas e aceitas de autores como Robert Palmer, Jacques Godechot e Eric Hobsbawm. Embora o principal livro de Novais, **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**, publicado originalmente em 1979, encerre a análise justamente às vésperas da Independência, seu aprimoramento da caracterização da colonização portuguesa realizada anteriormente por Caio Prado Júnior estabeleceu parâmetros de interpretação para o fim dessa colonização (NOVAIS 1986). Em duas outras ocasiões, porém, Novais voltar-se-ia mais especificamente para uma análise da Independência, tida como um processo revolucionário em vários sentidos: primeiro, como desdobramento do processo geral (revolucionário) de crise do Antigo Regime europeu em terras coloniais (o "Antigo Sistema Colonial" como uma das dimensões do Antigo Regime); segundo, pela concepção de "crise", que diria respeito a toda a colonização européia da Idade Moderna, desencadeada pela ativação de contradições inerentes ao sistema dessa colonização (premissas marxistas), em articulação com pressões internacionais,

e materializadas por um antagonismo de interesses entre colônia e metrópole; finalmente, como um movimento que resultou na afirmação de uma nova classe dirigente no Brasil, a dos grandes proprietários escravistas (Novais: 1972).

Fortemente influenciado por Caio Prado Júnior, Emília Viotti da Costa e Fernando Novais – com o qual, aliás, escreveu um ensaio interpretativo sobre o tema (NOVAIS & MOTA 1987) – e diretamente tributário das obras de Palmer e Godechot, Carlos Guilherme Mota também contribuiu para a discussão. Seu primeiro livro, **Atitudes de inovação no Brasil, 1789-1801** (MOTA 1970), era um estudo sobre os movimentos políticos coloniais de fins do século XVIII, e incluía um capítulo sobre "ideia de revolução" e "formas de pensamento revolucionárias", estas devidamente contrapostas a outras, tidas por "intermediárias" e "ajustadas". O esforço de integração de tais movimentos à conjuntura (revolucionária) mundial prosseguiria mais adiante e com um avanço cronológico, em **Nordeste 1817**, uma análise voltada ao movimento de Pernambuco; e na organização de uma obra coletiva inteiramente dedicada à Independência, **1822: dimensões** (MOTA 1970, 1972a e 1972b). No conjunto, os três livros reiteram a visão processual da Independência como parte crucial de uma crise mundial de desdobramentos específicos no mundo colonial, compreendida pelo crivo do caráter revolucionário daquela crise. Se desse enquadramento surgiam modalidades próprias de conformação da vida política na América portuguesa, longe estava a possibilidade de se referendar uma atribuição passiva de caráter revolucionário à Independência, com o quê essa produção oferecia alternativa de interpretação à oficialidade das comemorações dos 150 anos de Independência, amplamente disseminadas pela ditadura militar brasileira em 1972 e que, como vimos acima, estimulavam a simbiose entre ambas.



Embora o livro **1822: dimensões** trouxesse estudos variados que tendiam a compartilhar de uma mesma perspectiva geral – é significativo que o volume abrisse justamente com contribuições de Novais e Godechot (NOVAIS 1972; GODECHOT 1972) - um deles parecia destoar do conjunto, apresentando uma proposta de análise alternativa e que também teria grande impacto na historiografia brasileira. Pautada pela ideia de Sérgio Buarque de Holanda, segundo a qual a Independência em si representaria um episódio menor em meio a um processo mais amplo de "desagregação da herança colonial", em curso até meados de 1848 (HOLANDA 1962),[20] Maria Odila Dias já criticava, em 1972, o destaque conferido às "pressões externas e [a]o quadro internacional de que provém as grandes forças de transformações", bem como a concepção de uma luta da colônia contra a metrópole; propunha, então, o estudo do "enraizamento de interesses portugueses" e também daquilo que chamou de "processo de interiorização da metrópole no Centro-Sul da Colônia". Pensando menos em 1822 do que em 1808, segundo ela os historiadores poderiam constatar

[20] Para ele, o "processo de emancipação" não teria sido caracterizado por "práticas vigorosamente revolucionárias" (HOLANDA 1962, p.39n), enquanto que o movimento português de 1820 é referido, sem polêmica, como "revolução".

> a consumação formal da separação política foi provocada pelas dissidências internas de Portugal, expressas no programa dos revolucionários liberais do Porto e não afetaria o processo brasileiro já desencadeado com a vinda da Corte em 1808" (DIAS 1972, p.164-165).

Minimizada como desdobramento de uma crise mundial, a Independência, em si, seria, para Dias, fato menor; "revolução" era apenas a portuguesa; e a marca da unidade histórica a ser considerada, a manutenção ampliada de interesses político-econômicos incrementados com a transferência da Corte portuguesa para o Brasil em 1808. Rejeita, então, a existência de transformações revolucionárias em um movimento que seria, essencialmente, conservador; inclusive por conta do peso da colonização. Em suas palavras,

> a sociedade que se formara no correr de três séculos de colonização não tinha outra alternativa ao findar do século XVIII senão a de transformar-se em metrópole a fim de manter a continuidade de sua estrutura política, administrativa, econômica e social. Foi o que os acontecimentos europeus, a pressão inglesa e a vinda da Corte tornaram possível (DIAS 1972, p.170).

Um último caso a ser observado de preocupação historiográfica com a Independência, em estreita relação com aquele contexto intelectual brasileiro no qual a revolução estava na ordem do dia, é a obra de Florestan Fernandes, **A revolução burguesa no Brasil** (1974). De modo bastante incisivo, o livro, nas palavras de Wilma Costa, continuava a ecoar



> a polêmica que empolgava os historiadores na forma de um esforço hercúleo para dar conta, de forma dialética, dos fermentos de mudança presentes na conjuntura política da Independência e dos movimentos empreendidos pelas forças conservadoras para reinventar as ideias e as práticas em que se expressava a dominação política, impedindo que a Revolução se realizasse em sua plenitude transformadora (COSTA 2005, p.99-100).

De acordo com premissas marxistas, a Independência, para Fernandes, era uma etapa necessária da revolução burguesa no Brasil, isto é, da passagem de uma ordem colonial escravocrata a uma sociedade de classes (o que só se completaria na segunda metade do século XIX); em termos estruturais, portanto, aquela etapa assinalava uma revolução:

> a Independência, não obstante a forma em que se desenrolou, constitui a primeira grande revolução social que se operou no Brasil. Ela aparece como uma revolução social sob dois aspectos correlatos: como marco histórico definitivo do fim da 'era colonial'; como ponto de referência para a 'época da sociedade nacional', que com ela se inaugura (FERNANDES 2006, p.49).

Nesse aspecto, e guardando a especificidade de uma análise histórica elaborada de um ponto de vista sociológico, a obra de Fernandes dialoga fortemente com parte da produção intelectual acima mencionada, valorizando sobremaneira a Independência como um tema de estudos. Como poderia ser diferente, sendo ela um momento crucial de definições do que o Brasil se tornou (e também do que *não* se tornou) posteriormente?

Essa amostragem de autores e ideias poderia ser muito matizada e completada se fizesse parte de minha proposta uma avaliação crítica da produção intelectual brasileira acerca da Independência. No entanto, repito, a proposta é outra: apenas empreender um recorte historiográfico de modo a explicitar variações em torno de um problema comum, cuja discussão é, por si só, o objetivo. Tendo isso em mente, parece ter ficado claro ao longo do século XX, a Independência do Brasil se afastou da "revolução conservadora" tal qual pensada pelos seus próprios artífices em começos do século XIX. Valendo-se, porém, de termos semelhantes, a intelectualidade brasileira acoplou novos conteúdos à expressão, e se apropriou de significados de *revolução* de acordo com um intenso diálogo entre realidade histórica e realidade contemporânea, convergentes na Independência. Um diálogo ainda atual, mas que se apresenta já em outros termos.

**A independência como revolução**

Hoje em dia, a Independência se apresenta revigorada, desprovida do caráter rançoso de "tema oficial" de uma ditadura militar que não existe mais, inserida em um panorama de investigação altamente especializado, profissionalizado e muito ampliado em relação a três ou quatro décadas atrás; além disso, se apresenta fortemente prestigiada, despertando o interesse de novos historiadores. Creio que isso se explica, ao menos em parte, devido à renovação dos atributos conferidos ao termo *revolução* por um novo contexto mundial, e por uma reinserção, nele, do contexto nacional brasileiro. Não sendo minha intenção empreender a uma caracterização dessa situação de conjunto, parto do pressuposto que, no presente momento, a historiografia sobre a Independência vem estabelecendo um novo consenso historiográfico, em diálogo com linhagens e propostas anteriores, e que encontra no termo *revolução* não apenas uma ideia formativa, mas também uma categoria analítica poderosa. Vejamos, então, alguns pontos de análise nessa direção.



*O contexto revolucionário mundial*. De modo seguro, a Independência do Brasil se apresenta contextualizada nos quadros da história ocidental entre as últimas décadas do século XVIII e as primeiras do XIX, emparelhada com acontecimentos que, na historiografia brasileira, poucos desconsiderariam como revolucionários (no sentido moderno do termo).[21] Nesse ponto, a produção sobre a Independência parece, de modo evidente, dever algo a obras como as de Fernando Novais, Emília Viotti da Costa e Carlos Guilherme Mota, embora a dimensão processual do acontecimento em si, bem como seus limites ampliados para além do ano de 1822, fossem assertivas mais ou menos constantes na historiografia desde, pelo menos, Caio Prado Júnior. Na mesma direção, as obras de Palmer, Godechot e Hobsbawm, para referir-me apenas a autores mencionados anteriormente, ainda gozam de prestígio, sendo referências frequentes

[21] A despeito de variações sobre o tema, como as trazidas por influentes obras como as de François Furet.

de contextualização. Todos estes autores, brasileiros e estrangeiros, continuam a ser revistos e criticados em vários pontos de suas análises, mas a pertinência atual de seus enquadramentos geográficos e cronológicos parece incontestável.

Os limites desses enquadramentos, no entanto, conhecem variações, e o reconhecimento *a priori* de sua funcionalidade não é garantia de um consistente desenvolvimento do pressuposto.[22] A Independência costuma ser aproximada, eventualmente comparada ou genericamente associada a revoluções como a das Treze Colônias Britânicas, a Francesa, a do Haiti e as da América espanhola (CARVALHO 1980; HALPERIN 1985; JANCSÓ 1996a; CHIAROMONTE 1997; BRANCATO 1999; PROENÇA 1999; MAXWELL 2000; ARAÚJO 2005; SCHULTZ 2006; McFARLANE: 2006; PIMENTA 2007a; PAMPLONA & MÄDER 2007, 2008 e 2009), mas o estudo sistemático e aprofundado sobre as várias formas de impacto das mesmas sobre a Independência ainda é escasso. Igualmente, estudiosos continuam a estabelecer relações entre os movimentos de contestação luso-americanos de fins do século XVIII e o contexto mundial, e daqueles com a Independência (MATTOSO 1969; MAXWELL 1978; SANTOS 1992; ALEXANDRE 1993; JANCSÓ 1996a; VILLALTA 2000; NEVES: 2003; MOREL 2005; FURTADO 2006). Se os tempos eram de grandes e profundas transformações políticas, restaria saber qual o peso das mesmas em um espaço específico do contexto mundial.



Preocupações dessa ordem levam forçosamente à consideração em torno da devida periodização da Independência, isto é, reconhecendo-a definitivamente antes como um *processo* do que como um *fato*. Seu enquadramento pode remontar às últimas décadas do século XVIII, se consideradas as contestações coloniais como sintomas de uma mesma crise geral que, de outras formas e em outro estágio de desenvolvimento, levariam à ruptura entre Brasil e Portugal quatro décadas depois. Mas também é possível tomar como ponto de partida a metade daquele século, quando o Império Português começaria a apresentar sintomas publicamente reconhecidos de perda da competição colonial, mobilizando-se na tarefa de uma recuperação que, a médio e longo-prazo, faria agravar ainda mais essa posição (LYRA 1994; JANCSÓ 2003; SILVA 2006). Ou ainda, em uma duração menor, ao ápice da crise política portuguesa, na primeira década do século XIX, quando a Corte abandonou Lisboa para salvar a monarquia ameaçada pelo Império Francês e refundou o Império Português em terras americanas, criando as condições para que, a curto prazo, essa mesma unidade política, preservada de imediato, ruísse.

Creio poder afirmar que, atualmente, nenhum estudioso da Independência seria capaz de ignorar a necessidade de inserir seu objeto de estudo em uma temporalidade que confira centralidade, pelo menos, aos acontecimentos de 1808; já a possibilidade de se ir além, para trás ou para frente, é uma questão em aberto. A outorga da Carta constitucional de 1824, o reconhecimento luso-

[22] Refiro-me ao desafio de "contextualizar", isto é, de conferir significado a uma parcela da realidade a ser analisada a partir das implicações a ela impostas pelo fato daquela parcela ser parte de outra(s) maior(es).

britânico da Independência (1825), a crise e o fim do Primeiro Reinado (1831) com a "nacionalização" da monarquia, o período das Regências (1831-1840), todos oferecem marcos temporais pertinentes, não-excludentes, e que apontam, inclusive, para a complexidade e dinâmica da Independência como um processo.

Portanto, se a Independência deve ser vista em um recorte temporal e espacial amplo, relacionada ao contexto ocidental, a rejeição do seu caráter revolucionário implicaria, forçosamente, na negação de tal caráter também para os acontecimentos e processos a ela correlatos e a ela coevos; ou então, em uma crença ingênua de que alguns dos artífices da própria Independência estavam corretos ao pretenderem que seu movimento teria sido o único a prevenir os males advindos dos demais a seu redor; ou, ainda, na reedição da postura historiográfica, anteriormente assinalada, de que tudo pode ser revolucionário, menos aquilo que estudamos de perto. Nesse caso, o termo *revolução* se veria confinado a juízos preliminares, gerais e imprecisos, não se constituindo em uma categoria analítica válida.[23]

*O contexto revolucionário português*. A questão da amplitude espacial e temporal do processo de Independência, porém, não se confunde com a de sua inserção orgânica no contexto mundial. De que modo uma situação revolucionária engendra outra? No caso que nos interessa mais de perto, deve-se destacar que, para além do fato de que, desde sempre, a Independência do Brasil foi relacionada com a *revolução* portuguesa de 1820, aparentemente nenhum de seus historiadores atuais pretende negar o caráter revolucionário dos acontecimentos que resultaram no deslocamento do espaço de soberania da nação portuguesa, na limitação e sujeição dos poderes do monarca, na promulgação de uma Constituição, na formação de juntas de governo autônomas no Brasil, na antagonização de interesses que resultou na concretização de um projeto de ruptura e na formação de um Brasil independente... Se o problema em si é complexo, cumpre reconhecer o empenho com que, nas últimas décadas, historiadores vem se dedicando a elucidá-lo (dentre muitos, PEREIRA 1982; ALEXANDRE 1993; TENGARRINHA 1993; VARGUES 1997; BERBEL 1999; SOUZA 1999), sem que, repito, surja qualquer alegação de que a Independência não se relaciona profunda e diretamente com o movimento português, ou de que este não foi uma revolução – e portanto o do Brasil também não – ou vice-versa. Se a historiografia sempre trabalhou com essa relação, cumpre agora reconhecer, de modo explícito, suas implicações analíticas.[24]

*O contexto revolucionário hispânico*. Embora a Independência do Brasil jamais tenha deixado de ser considerada em sua proximidade com os movimentos



[23] Tal provincianismo historiográfico não deixa de ser um risco em tempos de hiper-especialização da pesquisa; isto é, como resultado de uma ilusão de que, aquilo que observamos e analisamos, em pormenores, se descola de seu contexto histórico, simplesmente por que... é o que estudamos!
[24] O mesmo valeria para Pernambuco, cujo movimento de 1817 sempre foi tratado, na historiografia, como "revolução". Algumas obras o relacionaram com a Independência (MELLO 2004; BERNARDES 2006; SILVA 2006).

de independência da América espanhola, a historiografia em geral pouco se preocupou em estabelecer suas determinações recíprocas.[25] Minhas próprias contribuições historiográficas tem procurado se concentrar nessa demanda que, entendo, encontra-se ainda longe de satisfatoriamente atendida. Por ora, com base em algumas dessas contribuições, concebo como plenamente sustentável a ideia tradicional, afirmada ou sugerida pela historiografia nos muitos momentos em que se referiu à questão desde o século XIX, de que o que ocorre na América espanhola é de fundamental importância para o processo de Independência do Brasil, qualquer que seja a sua periodização.

Eu diria: sobretudo a partir de 1808, quando o colapso da monarquia espanhola resultou da ação das mesmas forças que levaram a Corte portuguesa a reorganizar o Império em sua nova sede. Desde então, tudo o que se passava na América espanhola era atenta e detalhadamente acompanhado por estadistas e homens da política em geral que, no Brasil, buscavam a manutenção da unidade monárquica e dinástica portuguesa, bem como projetavam um futuro cada vez mais incerto com base na informação e compreensão do que o passado e o presente podiam ensinar. E se é certo que havia um generalizado receio de que os domínios lusos seguissem o mesmo curso traumático que vinha sendo percorrido pela vizinhança hispânica, houve variações importantes na formação desse paradigma: os pernambucanos de 1817, por exemplo, tinham em alta conta as atitudes independentistas dos hispano-americanos (Silva, Luiz: 2006), e mesmo alguns dos agentes da separação entre Brasil e Portugal, entre 1821 e 1822, nos legaram numerosas manifestações de apoio e admiração aos mais recentes exemplos que o continente americano lhes oferecia de rompimento com uma metrópole européia (Pimenta: 2004 e 2007a). Foram os mesmos agentes que, como vimos no começo, conceberam as *revoluções* como movimentos potencialmente inovadores, criativos e positivos, desde que observados certos limites de conservação recomendados por suas respectivas e confortáveis posições sociais.



A Independência do Brasil, portanto, deve ser considerada como um subproduto não apenas da *revolução* portuguesa de 1820, mas também das *revoluções* da América espanhola. Seus resultados foram, em última instância, respostas a desafios comuns impostos por uma mesma conjuntura mundial, que se reproduzia de modo dinâmico a partir de elaborações sempre específicas e pautadas pela possibilidade que seus protagonistas tinham, então, de aprender com o passado e o presente. Nessa perspectiva, o "conservadorismo" da Independência – isto é, suas feições eventualmente menos transformadoras em relação aos movimentos mundiais a ela correlatos - nada mais seria do que conseqüência lógica do fato de que as lições da história são sempre diacrônicas, e seus resultados sempre dessemelhantes. Nada teria a ver com um processo menos ou mais revolucionário do que outro.

---

[25] Após Manuel Bonfim e Oliveira Lima, alguns esforços inovadores foram empreendidos por SODRÉ1965; RIBEIRO JR.: 1990 (1ª.ed. 1968); GRAHAM 1994 (1ª.ed. 1972); e MILLINGTON 1996.

*A Independência e a percepção de um tempo novo*. A construção de uma alternativa viável de separação política entre Brasil e Portugal valeu-se de uma sensível mudança, perceptível já desde fins do século XVIII e fortemente generalizada a partir de 1808: a de que o tempo presente era prenhe de inovações, tudo podia mudar de lugar, e as formas tradicionais de reprodução da vida social pareciam esgotar-se progressivamente (NOVAIS 1979, p.3; JANCSÓ 1997).[26] Embora a transferência da Corte para o Brasil tenha renovado, dentre os súditos portugueses, as condições para a afirmação de suas tradicionais lealdades postas em xeque pela crise política européia, o acontecimento em si representava uma novidade suficiente para começar a inovar a visão de história – portanto de mundo - prevalecente. A própria defesa da tradição implicava o reconhecimento de suas fissuras, e embora isso raras vezes fosse elaborado como um diagnóstico de conjuntura pelos homens e mulheres que viviam esses tempos, a tendência apontava, claramente, para a ideia de uma ruptura com o passado e de inauguração de um tempo novo. Em 1811, por exemplo, o *Correio Brasiliense*, importante periódico publicado em Londres e voltado preferencialmente aos assuntos do Império Português, demonstrava preocupação com o registro do passado como meio de construir o futuro:

> É sem dúvida crueldade mostrar a um homem que tem sofrido muito, quanto a improvidência tem sido causa de seus males, e opor ao sonho de suas agradáveis esperanças, realidades tristes e desoladoras; mas quando se trata de uma nação, posto que seja esta uma penosa tarefa, é contudo não somente útil, mas até necessária a um povo inteiro, o qual não pode remediar nem impedir os males futuros, senão conhecendo a causa dos passados (**Correio Brasiliense**, 1811).



Poucos anos depois, e algumas semanas antes da formalização da separação política entre Brasil e Portugal, outro importante jornal publicaria umas **Considerações político-mercantis sobre a incorporação de Montevidéu,** escritas, por "J.S.V., natural de Minas Gerais", nas quais se lia que

> as relações, fundadas no interesse recíproco das partes, são tão duráveis quanto são efêmeras as que só nascem de um capricho. Em política, cada século tem suas ideias, e cada época seus princípios; os que hoje parecem mais bem estabelecidos, não o serão depois, quando de tudo o que foi *Espanha* e *Portugal* nas duas Américas, só tenha restado o idioma e alguns usos. Este momento não está distante **(Revérbero Constitucional Fluminense n.14, 27/08/1822.)**

São testemunhos eloqüentes de uma elaboração de ruptura com o passado e de projeções de um futuro novo e incerto; igualmente, das condições históricas de atribuição, ao processo em curso, de um sentido de *revolução*

[26] Nas lapidares palavras deste último autor, "a crise não aparece à consciência dos homens como modelo em vias de esgotamento, mas como percepção da perda de operacionalidade de formas consagradas de reiteração da vida social. Em outras palavras, é na busca de alternativas que a crise se manifesta, é nela que adquire efetiva vigência" (1996a, p.203).

perfeitamente sintonizado com sua carga conceitual moderna, e que ainda precisa ser devidamente considerado pelos historiadores da Independência.[27]

*A Independência e a criação do Estado e da nação*. Se nossa atenção se voltar, por fim, para resultados bastante concretos da Independência, a profundidade de suas inovações pode ser resumida em dois pontos principais: ela possibilitou diretamente a criação tanto de um Estado como de uma nação brasileiros, e que antes dela simplesmente não existiam. O que já seria suficiente para, a despeito de tudo o que ela *não* implicou de mudança em relação à ordem vigente, caracterizá-la como uma revolução.

Não que as bases sobre as quais o Estado e a nação brasileiros puderam se assentar tenham sido inteiramente criadas pela Independência; no entanto, elementos políticos, culturais, institucionais, econômicos e simbólicos que, inseridos nas estruturas da sociedade colonial luso-americana, exerceram determinações sobre a formação da ordem nacional brasileira no seu nascedouro, viram-se de alguma maneira transfigurados pelo processo de Independência. Na esfera do Estado, isto é, da construção de suas bases materiais, vários desses elementos têm sido devidamente esquadrinhados pela historiografia recente, em uma produção vigorosa e bastante inovadora que, necessariamente, precisa equacionar aquilo que é criado e aquilo que é modificado pela Independência: um aparato político-administrativo, parlamentos, polícia e forças armadas, sistemas eleitorais, imprensa, códigos legais, constituições, fiscalidade e instituições financeiras, etc. (CARVALHO 1980; MATTOS 1987; DOIN 1998; DINIZ 2002; COSTA 2003; PIÑEIRO 2003; GOUVÊA 2005; DOLHINIKOFF 2005; MIRANDA 2006). Da mesma forma, a criação de uma esfera de direitos ligada a novos conceitos de cidadania e representação política, tipicamente modernos; um novo *locus* de exercício da soberania nacional (organizado por uma monarquia constitucional); e novas formas de expressão e associação coletivas e públicas, que reorganizariam as hierarquias coloniais e possibilitariam essa criação bastante original da realidade nacional brasileira: uma sociedade ao mesmo tempo liberal e escravista (BARBOSA 2001; LOPES 2003; MOREL 2005; MARQUESE 2005; BARATA 2006; SLEMIAN 2006).



Nesse ponto, a historiografia atual novamente parece dever algo a autores de décadas atrás, como Caio Prado Júnior, Fernando Novais e Florestan Fernandes e suas periodizações ampliadas do processo de Independência, que buscavam justamente abarcar o momento final de estabilização da nova sociedade – a metade do século XIX - cuja criação seria, em última instância, sua marca revolucionária definitiva. No entanto, dispondo de resultados detalhados de pesquisas específicas, e juntando as peças de um quadro histórico cuja complexidade tais autores certamente vislumbravam, a atual historiografia da Independência tem plenas condições de superar, em definitivo, a perspectiva da "não-revolução" brasileira e seu argumento preferencial: o de que a Independência não teria resultado em um novo tipo de sociedade. O que implicaria em pretender: 1) que o Estado brasileiro nada mais seria do que uma

[27] Raras exceções são os estudos de NEVES 2007 e ARAUJO 2008.

estrutura continuada do Estado colonial; ou 2) que na formação do Brasil, Estado e sociedade teriam surgido separados um do outro.

Na esfera da nação, isto é, das condições históricas de imaginação e identificação coletivas, formalizadas politicamente em termos de uma comunidade específica – a *nação brasileira* – que adquiriu sustentação real, a despeito de alguns esforços recentes, muita coisa resta a ser feita (OLIVEIRA 1995; LYRA 1995; SOUZA 1999; SILVA 1999; RIBEIRO 2002; PIMENTA 2002; LOPEZA 2004; SILVA 2005; BERNARDES 2007). O reconhecimento de sua distinção e, ao mesmo tempo, de sua comunhão com a esfera do Estado, tem conhecido boa aceitação na historiografia,[28] mas seu tratamento articulado e equilibrado não é tarefa fácil. O empenho dos próprios protagonistas em conferir um caráter de ruptura moderada à Independência, por meio da criação de uma simbologia nacional, bem como de narrativas históricas que legitimassem o processo em curso, pode confundir o estudioso, sobretudo levando-se em conta o peso ainda forte, na historiografia brasileira, do paradigma hobsbawmniano de tratamento da questão nacional, segundo o qual "para os propósitos da análise, o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto" (HOBSBAWM 1990, p.19; para uma crítica, CHIAROMONTE 2003). No caso do Brasil, à exemplo do que igualmente ocorre em quase todo o mundo hispânico, é sedutor atribuir à questão nacional, no contexto da Independência, a condição de artificialidade, de mera ferramenta simbólico-discursiva a ser utilizada para a imposição de um projeto destituído de apoio e legitimidade; mas as coisas parecem ter funcionado de modo mais complicado.[29]



É possível entender o surgimento da nação brasileira ignorando-se a nação portuguesa que, até meados da década de 1822, operava como referência máxima de pertencimento, em larga escala aceita e compartilhada por todos os súditos de D. João VI? Como entender a criação de um aparato político-administrativo novo e altamente complexo sem considerar os esforços coevos de ampará-lo em um discurso que combinava elementos identitários tanto de ruptura como de continuidade, e que portanto já existiam antes do Estado? Os resultados desses esforços, não resultam na existência plena de uma comunidade de tipo nacional imprescindível para a própria existência do Estado? Nesse ponto, o estudo da nação continua vinculado ao estudo de seus símbolos e imaginários, mas também, e cada vez mais, ao estudo dos discursos e das linguagens políticas que desencorajam o estabelecimento de qualquer relação de anterioridade ou posteridade entre *Estado*, *nação* e *nacionalismo*; é preferível tomá-los como fenômenos correlatos e, eventualmente, simultâneos.

Novamente, a historiografia atual parece tributária de autores como Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e Maria Odila Dias, que tiveram muita clareza da inexistência de sentimentos nacionais *brasileiros* que fornecessem o subsídio essencial do processo de Independência. Contudo, hoje somos capazes

[28] Sobretudo a partir das assertivas de JANCSÓ & PIMENTA 2000.
[29] Para o mundo hispânico, a bibliografia é cada vez mais extensa. Restrinjo-me a apontar um trabalho modelar: GUERRA 1999/2000.

de recolocar a questão em outro patamar: se a ruptura entre Portugal e Brasil não foi uma luta entre metrópole e colônia, entre "brasileiros" e "portugueses" – de fato, não foi - como apreender as transformações em curso sem retrocedê-las ao caráter de "meras aparências" de ruptura? Creio que a historiografia precisa considerar que a profundidade e a amplitude da ruptura promovida pela Independência só podem ser explicadas a partir também de uma lenta, mas segura, alteração, *verdadeiramente revolucionária*, nas formas de pensar, representar e transformar o mundo; dentre elas, a possibilidade de mudanças substantivas em referenciais identitários e em projetos nacionais que, ao serem criações de uma nova ordem política, são parcialmente responsáveis também pelo advento destas. A Independência não foi resultado de um nacionalismo brasileiro; o Estado e a nação também não; mas para que eles pudessem existir, foi necessário que certos portugueses, por vários motivos que convém analisar melhor, concebessem a possibilidade de deixar de sê-lo. Por isso, a completa inexistência de um sentimento nacional *brasileiro* – ou de sentimentos congêneres - em meio à Independência merece ser revista.

Assim como foi revista a própria ideia de que a história do Brasil possui, como marca de nascimento, a ausência de transformações coletivas de monta. E se, com base no reconhecimento do caráter revolucionário da Independência, a historiografia aponta para outros caminhos a serem trilhados no século XXI, resta endossar a revisão de que o mundo em que essa historiografia se insere tampouco é afeito a tais transformações.



**Fontes**


**Correio Braziliense, ou, Armazém Literário**. 1808-1822. (2002). São Paulo: Imprensa Oficial, 31 v. (edição fac-similar).

***Diário da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, 1823***. Brasília, Senado Federal, 1973, 3 v. (edição fac-similar).

**Diário do Governo.** 1822.

PINTO, Luiz Maria da Silva (1832). **Dicionário da língua brasileira**. Ouro Preto, Typ.de Silva.

**Revérbero Constitucional Fluminense**. 1821-1822 (2005). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 3 v.

SILVA, Antônio de Moraes e. (1813) **Dicionário da língua portuguesa**. 2ª.ed. Rio de Janeiro.

____. (1823). **Dicionário da língua portuguesa**. 3ª.ed. Rio de Janeiro.


**Bibliografia**


ALEXANDRE, Valentim. **Os sentidos do império***:* questão nacional e questão

colonial na crise do Antigo Regime português. Porto: Afrontamento, 1993.

ARAÚJO, Ana Cristina. Um império, um reino e uma monarquia na América: as vésperas da Independência do Brasil. In: I. JANCSÓ (org.). **Independência:** história e historiografia. São Paulo, Hucitec, p.235-270, 2005.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo**: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Hucitec, 2008.

ARENDT, Hannah. **Da revolução**. Brasília, UnB/Ática, 1998.

ASSUNÇÃO, Mattias Röhrig. Miguel Bruce e os "horrores da anarquia" no Maranhão, 1822-1827. JANCSÓ, I. (org.). **Independência**: história e historiografia. São Paulo: Hucitec/Fapesp, p. 345-378, 2005.

BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil (1790-1822**). Juiz de Fora/São Paulo: Editora UFJF/Annablume/Fapesp, 2006.

BARBOSA, Silvana Mota. **A Sphinge Monárquica**: o poder moderador e a política imperial. Campinas, IFCH-UNICAMP (doutorado), 2001.

BERBEL, Márcia Regina. **A nação como artefato**: deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas, 1821-1822. São Paulo: Hucitec, 1998..

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **O patriotismo constitucional**: Pernambuco, 1820-1822. São Paulo: Hucitec/Fapesp/Ed.UFPE, 2006.



BRANCATO, Braz A. A. **D. Pedro I de Brasil, posible rey de España (una conspiración liberal).** Porto Alegre: Ed.PUCRS, 1999.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução em França**. Brasília, EdUnb, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem:** A elite política imperial. Rio de Janeiro/Brasília, Campus/Editora da UNB, 1980.

CHIARAMONTE, José Carlos. La formación de los Estados nacionales en Iberoamérica. **Boletin del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani** 3ª.serie, 1º.semestre, p.143-165, 1997.

___. Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII. JANCSÓ, I. (org.). **Brasil:** formação do Estado e da nação. São Paulo: Hucitec/Fapesp/Editora Unijuí, p.61-91, 2003.

COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política. In: MOTA, C. G. Mota (org.) – **Brasil em perspectiva**. 19ª.ed. São Paulo, Difel, 1990.

COSTA, Wilma Peres A economia mercantil escravista nacional e o processo de construção do Estado no Brasil (1808-1850). SZMRECSÁNYI, T. & LAPA, J. R. (orgs.). **História econômica da independência e do império.** São Paulo: Hucitec, p.147-159, 1996a.

___. Do domínio à nação: os impasses da fiscalidade no processo de Independência.

JANCSÓ, I. (org.). **Brasil***:* formação do Estado e da nação. São Paulo: Hucitec/Fapesp/Editora Unijuí, p. 143-193, 2003.

___. A independência na historiografia brasileira. JANCSÓ, I. (org.). **Independência**: história e historiografia. São Paulo: Hucitec/Fapesp, p. 53-118, 2005.

DIAS, Maria Odila da Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). MOTA, Carlos Guilherme (org.). **1822***:* dimensões. São Paulo: Perspectiva, p.160-184, 1972.

DINIZ, Adalton Francioso. **Centralização política e apropriação de riqueza***:* análise das finanças do Império brasileiro (1821-1889). São Paulo: FFLCH-USP, Tese de doutorado, 2002.

DOIN, José Evaldo de Mello. Balcão de negócios: a operação financeira da independência. MARTINS, I./MOTTA, R./IOKOI, Z. (orgs.). **História e cidadania:** XIX Simpósio Nacional de História-ANPUH. São Paulo: Humanitas, v.II, p.553-563, 1998.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**. Origens do federalismo no Brasil. São Paulo, Globo, 2005.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. 9ª.ed. São Paulo, Globo, 2 v., 1991.



FERNANDES, Ana Cláudia Fernandes. **Revolução em pauta***:* o debate *Correo del Orinoco-Correio Braziliense (1817-1820)*. São Paulo, FFLCH-USP (relatório de qualificação), 2008.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil***:* ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FURTADO, João Pinto. Das múltiplas utilidades das revoltas: movimentos sediciosos do último quartel do século XVIII e sua apropriação no processo de construção da nação. MALERBA, J. (org.). **A Independência brasileira***:* novas dimensões. Rio de Janeiro: Editora FGV, p.99-121, 2006.

GODECHOT, Jacques. Independência do Brasil e a Revolução do Ocidente. MOTA, C. G. (org.). **1822***:* dimensões. São Paulo: Perspectiva, p.27-37, 1972.

GOUVÊA, Maria de Fátima. As bases institucionais da construção da unidade. Dos poderes do Rio de Janeiro joanino: administração e governabilidade no Império luso-brasileiro. JANCSÓ, I. (org.). **Independência**: história e historiografia. São Paulo: Hucitec/Fapesp, p 707-752, 2005.

GRAHAM, Richard. **Independence in Latin America***:* a Comparative Approach. 2ª.ed. McGraw-Hill, 1994.

____. Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado. **Diálogos**: Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá. V.05, n.05, p.11-47, 2001.

GUERRA, François-Xavier. A nação na América espanhola: a questão das origens.

**Revista Maracanan** ano I, n.1, UERJ, p.9-30, 1999-2000.

GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal. **Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial***:* o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. São Paulo, FFLCH-USP, Tese de doutorado, 1994.

HALPERIN DONGHI, Tulio. **Reforma y disolución de los imperios ibéricos,** *1750-1850*. Madrid: Alianza, 1985.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780***:* programa, mito e realidade. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1990.

_____. **A Era dos Extremos**: O breve século XX. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial – sua desagregação. In:______. (org). **História geral da civilização brasileira t.II v.1:** o processo de emancipação. São Paulo: Difel, p.09-39, 1962.

______. **História geral da civilização brasileira t.II, v.2***:* dispersão e unidade. São Paulo: Difel, 1964.

JANCSÓ, István. A construção dos Estados nacionais na América Latina: apontamentos para o estudo do Império como projeto. SZMRECSÁNYI, T. & LAPA, J. R. do A. (orgs.). **História econômica da independência e do império**. São Paulo: Hucitec, p.3-26, 1996a.



______. **Na Bahia, contra o Império***:* história do ensaio de sedição de 1789. São Paulo: Hucitec/ EdUFBA, 1996b

______. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: NOVAIS, F. (org). **História da vida privada no Brasil v.I:** cotidiano e vida privada na América portuguesa (org. de Laura de Mello e Souza). São Paulo, Companhia das Letras, p.388-437, 1997.

______. & PIMENTA, João Paulo G. (2000). Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). MOTA, Carlos G. (org.). **Viagem incompleta***:* a experiência brasileira. Formação: histórias. São Paulo: Senac, p.127-175, 2000.

______. (org.). **Brasil:** formação do Estado e da nação. São Paulo: Hucitec/ Fapesp/Editora Unijuí, 2003.

______. **Independência***:* história e historiografia. São Paulo: Hucitec/ Fapesp, 2005.

KOSELLECK, Reinhardt. Criterios históricos del concepto moderno de revolución. In: ______. **Futuro pasado**. Para una semántica de los tiempos históricos. Barcelona, Paidós, p.67-85, 1993.

LOPES, José Reinaldo de Lima. Iluminismo e jusnaturalismo no ideário dos juristas da primeira metade do século XIX. JANCSÓ, I. (org.). **Brasil:** formação do Estado e da nação. São Paulo: Hucitec/Fapesp/Editora Unijuí, p.195-218, 2003.

LOPEZ, Emilio Carlos Rodriguez. **Festas públicas, memória e representação***:* um estudo sobre manifestações políticas na Corte do Rio de Janeiro, 1808-1822. São Paulo: Humanitas, 2004.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. **A utopia do poderoso império** - **Portugal e Brasil***:* bastidores da política 1798-1822. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

______. Memórias da independência: marcos e representações simbólicas. **Revista Brasileira de História** v.15, n.29, p.173-206, 1995.

MACHADO, André Roberto de A. **A quebra da mola real das sociedades:** a crise política do Antigo Regime português na província do Grão Pará (1821-1825). São Paulo: FFLCH-USP. Tese de doutorado, 2006.

MALERBA, Jurandir (org.). **A Independência brasileira***:* novas dimensões. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006a.

______. Esboço crítico da recente historiografia sobre a independência do Brasil (*c.*1980-2002). MALERBA, J. (org.). **A Independência brasileira***:* novas dimensões. Rio de Janeiro: Editora FGV, p.19-52, 2006b.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Escravismo e independência: a ideologia da escravidão no Brasil, em Cuba e nos Estados Unidos nas décadas de 1810 e 1820. JANCSÓ, I. (org.). **Independência***:* história e historiografia. São Paulo: Hucitec/Fapesp, p.809-827, 2005.



MATTOS, Ilmar R. de. **O tempo saquarema***:* a formação do Estado imperial. São Paulo: Hucitec, 1987.

MATTOSO, Kátia **Presença francesa no movimento democrático baiano de 1798**. Salvador: Itapuã, 1969.

MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa. A Inconfidência Mineira:** Brasil e Portugal, 1750-1808. 2ª.ed. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1978.

_____. Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência. MOTA, C. G. (org.). **Viagem incompleta:** a experiência brasileira. Formação: histórias. São Paulo: Senac, p.177-195, 2000.

McFARLANE, Anthony. Independências americanas na era das revoluções: conexões, contextos, comparações. MALERBA, J. (org.). **A Independência brasileira***:* novas dimensões. Rio de Janeiro: Editora FGV, p.387-417, 2006.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra Independência***:* o federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: Editora 34, 2004.

MILLINGTON, Thomas. **Colombia's Military and Brazil's Monarchy:** Undermining the Republican Foundations of South American Independence. Westport: Greenwood, 1996.

MIRANDA, Márcia Eckert. **A Estalagem e o Império**: crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831). Campinas: IE-UNICAMP. Tese de doutorado, 2006.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos***:* imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005b.

___. Independência no papel: a imprensa periódica. JANCSÓ, I. (org.) – **Independência***:* história e historiografia. São Paulo: Hucitec/Fapesp, p.617-636, 2005c

MOTA, Carlos G. **Atitudes de inovação no Brasil**. Lisboa, Horizonte, 1970.

______. (org.) **1822***:* dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972a.

______. (org.) **Nordeste 1817.** São Paulo, Perspectiva, 1972b.

______. (org.) **Viagem incompleta***:* a experiência brasileira. Formação: histórias. São Paulo: Senac, 2000.

NEVES, Guilherme Pereira das. Del Império lusobrasileño al Império del Brasil (1789-1822). ANNINO, A. & GUERRA, F. (orgs.). **Inventando la nación***.* Iberoamérica, siglo XIX. México, FCE: p.221-252, 2003.

NEVES, Lúcia P. das. Os panfletos políticos e a cultura política da Independência do Brasil. JANCSÓ, I. (org.). **Independência***:* história e historiografia. São Paulo: Hucitec/Fapesp, p.637-675, 2005.

_____. Revolução: em busca de um conceito no império luso-brasileiro (1789-1822). FERES Jr., João & JASMIN, Marcelo (Org.). **História dos Conceitos**: diálogos transatlânticos. Rio de Janeiro: Ed.PUC-Rio/ Loyola/IUPERJ, p. 129-140, 2007.

NOVAIS, Fernando A. As dimensões da Independência. In: MOTA, C.G. (org.) – **1822***:* dimensões. São Paulo, Perspectiva, p.15-26, 1972.

______. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979.

NOVAIS, Fernando A. & MOTA, Carlos G. **A independência política do Brasil.** São Paulo: Moderna, 1986.

OLIVEIRA, Cecília Helena. O espetáculo do Ipiranga*:*. Reflexões preliminares sobre o imaginário da Independência. **Anais do Museu Paulista** v.3, janeiro/dezembro, p.195-208, 1995a.

______. **A astúcia liberal***:* relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista: Edusf/Ícone, 1999.

PAMPLONA, Marco Antonio & MÄDER, Maria Elisa (orgs.). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas**. V.1: região do Prata e Chile. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

_____. **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas**. V.2: Nova Espanha. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

_____. **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas.** V.3: Nova Granada, Venezuela e Cuba. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

PEREIRA, Miriam Halpern et alli. (orgs.). **O liberalismo na península ibérica na primeira metade do século XIX.** Lisboa: Sá da Costa, 2 v, 1982.

PIMENTA, João Paulo G. **Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828).** São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2002.

______. A política hispano-americana e o império português (1810-1817): vocabulário político e conjuntura. In: JANCSÓ, I. (org.). **Brasil:** formação do Estado e da nação. São Paulo: Hucitec/Fapesp/Editora Unijuí, p.123-139, 2003a.

______. **O Brasil e a América espanhola (1808-1822).** São Paulo: FFLCH-USP. Tese de doutorado, 2003b.

______. **Brasil y las independencias de Hispanoamérica**. Castelló de la Plana: Publicacions de la Universitat Jaume I, 2007a.

____. A independência do Brasil. Um balanço da produção historiográfica recente. In: CHUST, M. & SERRANO, J. A. (eds.) – **Debates sobre las independencias iberoamericanas**. Madrid/Frankfurt, Iberoamericana, 147-158, 2007b

PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. Negociantes, independencia e o primeiro Banco do Brasil: uma trajetória de poder e de grandes negócios. **Tempo** v.8, n.15, 2003.



PRADO JR., Caio. **Evolução política do Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1933.

______. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1942.

______. **A revolução brasileira:** Perspectivas em 1977. 7ª.ed. São Paulo, Brasiliense, 1987.

PROENÇA, Maria Cândida. **A independência do Brasil**. Lisboa: Colibri, 1999.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção**: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

RODRIGUES, José Honório. **Conciliação e reforma no Brasil. Um desafio histórico-político.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

____. **Independência***:* revolução e contra-revolução. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 5 v, 1975-76.

SANTOS, Afonso C. Marques dos. **No rascunho da nação***:* inconfidência no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

SCHULTZ, Kirsten.. A era das revoluções e a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro (1790-1821). MALERBA, J. (org.). **A Independência brasileira***:* novas dimensões. Rio de Janeiro: Editora FGV, p.125-151, 2006.

SILVA, Ana Rosa C. da. **Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio, 1783-1823.** Campinas: Ed.Unicamp, 1999.

____. **Inventando a nação***:* intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750-1822). São Paulo, Hucitec/ Fapesp, 2006.

SILVA, Luiz Geraldo. Aspirações barrocas e radicalismo ilustrado. Raça e nação em Pernambuco no tempo da Independência (1817-1823). JANCSÓ, I. (org.). **Independência:** história e historiografia. São Paulo: Hucitec/Fapesp, p.915-934, 2005a.

____. O avesso da independência: Pernambuco (1817-24). MALERBA, J. (org.). *A Independência brasileira:* novas dimensões. Rio de Janeiro: Editora FGV, p.343-384, 2006.

SLEMIAN, Andréa. **Sob o império das leis***:* Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834). São Paulo: FFLCH-USP, Tese de doutorado, 2006d.

SODRÉ, Nelson Werneck **As razões da independência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. **Pátria coroada***:* o Brasil como corpo político autônomo. São Paulo, EdUnesp, 1998.

SZMRECSÁNYI, Tamás & LAPA, José R. do A. (orgs.). **História econômica da independência e do império.** São Paulo: Hucitec, 1996.

TAVARES, Luís Henrique D. **A independência do Brasil na Bahia**. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1982.

TENGARRINHA, José. **Da liberdade mitificada à liberdade subversiva***:* uma exploração no interior da repressão à imprensa periódica de 1820 a 1828. Lisboa, Colibri, 1993.

TOCQUEVILLE, Aléxis de. **O Antigo regime e a revolução**. 2ª.ed. Brasília, EdUnb, 1982.

____. **A democracia na América**. 3ª.ed. São Paulo, Edusp, 1987.

VARGUES, Isabel Nobre. **A aprendizagem da cidadania em Portugal (1820-1823).** Coimbra: Minerva, 1997.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil e História da Independência do Brasil.** 10ª.ed. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 3 v, 1981.

VILLALTA, Luiz Carlos. **1789-1808***:* o império luso-brasileiro e os brasis. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

WEHLING, Arno (org). **Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro***:* idéias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado. Rio de Janeiro, IHGB, 1989.

ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. História, experiência e modernidade na América ibérica. **Almanack Braziliense** n.07, maio 2008.